

Karla Pinheiro

Ministério Público Estadual ajuíza ação para regularizar cirurgias pediátricas

Foi ajuizada ontem, 25, a Ação Civil Pública em face do Estado de Sergipe no que diz respeito à assistência cirúrgica pediátrica no Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF). A ACP pede ao judiciário que obriga o Governo do Estado a providenciar em 30 dias a escala completa de cirurgiões pediátricos e enquanto isso não ocorre encaminhar as crianças com casos urgentes a unidades hospitalares filantrópicas e particulares.

A ação pede a formação de escalas completas para atender às 336 horas necessárias para cobertura da assistência pediátrica no HGJAF, tendo no mínimo dois médicos por plantão, mediante requisição de médicos efetivo de outros órgãos públicos ou através de contratação

por tempo determinado para atender a necessidade.

Também foi solicitado pelo Ministério Público Estadual (MPE) que o Estado promova a completa e imediata assistência às crianças e adolescentes, em situação de urgência e emergência com risco de morte, realizando as cirurgias pediátricas por médicos especializados em hospitais, preferencialmente filantrópicos ou ainda na rede privada até que a situação do HGJAF seja regularizada.

Ainda foi solicitado no prazo de 30 dias o abastecimento do HGJAF com todos os materiais, insumos e medicamentos, necessários para realização dos procedimentos cirúrgicos pediátricos, a exemplo de material anestésico descartável e de uso permanente no centro cirúrgico, colchão térmico e/ou controle térmico da sala destinada às cirurgias pediátricas, roupas para acompanhantes, instrumental

cirúrgico específico para dissecação venosa, dentre outros. O descumprimento das determinações acarretará em multa diária no valor de R\$ 10 mil ou outros fixados pelo juiz.

• Entenda

A medida adotada pelo MPE se deu diante da demissão dos cirurgiões pediátricos do HGJAF que ocorreram em janeiro de 2014 por falta de condições de trabalho na unidade de saúde. Até final do ano passado havia 07 profissionais, depois o número foi reduzido para seis e no mês passado ficaram apenas quatro, quando três pediram demissão e um foi exonerado, ficando as crianças e adolescentes tendo que ser operados por cirurgiões gerais, que alegam não ter habilidade para realização de cirurgias em crianças de pequena idade, sem contar com a sobrecarga da demanda que já atendem.

Consta nos autos da ACP que o próprio diretor operacional da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS), Wagner Santos informou que seria necessário para a escala do HGJAF, 14

foi notificada. Representantes da FHS estiveram no Conselho Regional de Medicina de Sergipe onde apresentaram as ações pactuadas no Ministério Público Estadual no final do mês passado e que vêm sendo executadas.

Os gestores explicaram à presidente do CRM, Rosa Amélia, e para o corregedor do Conselho que todos os pontos pactuados vêm sendo cumpridos. "Estamos fazendo tudo o que está ao nosso alcance. Fizemos o chamamento público nacional para a contratação imediata de cirurgiões pediátricos, que foi lançado para tentar melhorar a escala médica. Hoje, nós temos uma deficiência de cirurgiões pediátricos em uma escala médica de 24h. Isso não é algo que se restringe a Sergipe. Temos apenas 10 profissionais no Estado, quando só a rede pública precisaria de 21 para uma escala completa. O número de cirurgiões pediátricos formados no país anualmente é muito pequeno. Há turmas que estão concluindo a residência agora no início de março e é nesses profissionais que estamos mantendo a expectativa de trazê-los para



AÇÃO PEDE A FORMAÇÃO DE ESCALAS COMPLETAS PARA ATENDER AS 336 HORAS NECESSÁRIAS PARA COBERTURA DA ASSISTÊNCIA

cirurgiões pediátricos com dois plantonistas 24 horas.

Na última audiência realizada no MPE no dia 24 de fevereiro o cirurgião pediátrico, Dr. Sebastião Xavier, voltou a informar a promotoria de saúde que os cirurgiões pediátricos, na tentativa de manter a assistência, formaram escala de emergência com três cirurgiões, dando um total de 18 horas semanal, mas que a necessidade do HGJAF é de 168 horas semanais, o que inviabilizou a manutenção da escala de urgência.

• FHS

A Procuradoria Jurídica da Fundação Hospitalar de Saúde informa que, até o momento, não

está sendo realizada a contratação de cirurgiões pediátricos", disse Wagner Andrade, diretor Operacional da FHS.

Wagner Andrade informou que a partir da semana que vem irá a alguns centros formadores de médicos cirurgiões pediátricos para conversar pessoalmente com as instituições a fim de reforçar o chamamento. Ele informou ainda que está contratando cirurgiões gerais. "Já contratamos uma profissional com 60 horas e estamos finalizando a contratação de mais uma. Com relação aos cirurgiões pediátricos, estamos aguardando a resposta ao chamamento público para contratação de cirurgiões pediátricos com salário de R\$ 18.600 mensal. O chamamento foi lançado no final do mês passado como parte do acordo firmado no Ministério Público Estadual. Isso significa dizer que não estamos parados. Estamos trabalhando para contratar pessoal e solucionar a crise nesse setor".

Outra ação pactuada no MPE e que está em execução é a reforma do centro cirúrgico do Hospital João Alves para que as nove salas entrem em pleno funcionamento.